

**EPE cadastra dez hidrelétricas e 17 PCHs para o leilão A-5 de dezembro**

[http://www.jornaldaenergia.com.br/ler\\_noticia.php?id\\_noticia=4857](http://www.jornaldaenergia.com.br/ler_noticia.php?id_noticia=4857)

Expectativa é de que ao menos sete UHEs obtenham licença ambiental até o certame

Por Luciano Costa

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão do Ministério de Minas e Energia que atua no planejamento do setor, concluiu o processo de cadastramento dos empreendimentos interessados em participar do leilão de energia A-5, que será promovido em 17 de dezembro. O certame, que tem como objetivo licitar empreendimentos hídricos com início de operação em 2015, recebeu o cadastro de dez hidrelétricas, somando 3.676MW de potência instalada.

Entre os novos projetos, está a hidrelétrica de Teles Pires (1.820MW), que é apontada por agentes como a que deve atrair mais competição no certame. Na bacia do Teles Pires ainda está a UHE Sinop (400MW), também habilitada. Outras usinas cadastradas foram as de Castelhana (64MW), Estreito Parnaíba (56MW), Cachoeira (63MW) e Uruçuí (134MW), todas na bacia do Rio Parnaíba. Há ainda a UHE Riacho Seco (276MW), no São Francisco.

Completam a lista duas hidrelétricas que já possuem concessão assinada e estão no leilão para vender energia. A hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (300MW), que será implantada no rio Jari, no Amapá, e a de Jirau, que está sendo construída no rio Madeira, em Rondônia. Santo Antonio do Jari chegou a ser inscrita para o primeiro A-5 deste ano, em julho, mas não fechou contratos de comercialização na ocasião. Jirau, por sua vez, vai vender 450MW provenientes de otimização no projeto, que ganhou novas turbinas e aumentou a potência em relação aos 3.300MW originalmente previstos.

Além das usinas de maior porte, a EPE também cadastrou 17 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que somam 247MW de capacidade instalada. Dessas, dez serão construídas em Santa Catarina, três no Rio Grande do Sul e quatro em Minas Gerais.

#### Habilitação

A EPE vai agora analisar a documentação de cada projeto inscrito e efetivará a habilitação técnica dos que estiverem com os papéis em dia. Neste certame, especificamente, o MME autorizou o órgão a habilitar hidrelétricas que não tiverem licença ambiental prévia. A habilitação, no entanto, será condicional e perderá a validade se as licenças não forem protocoladas na EPE até 13 de dezembro - quatro dias antes do certame. A nova regra foi estabelecida para tentar viabilizar o leilão, uma vez que os projetos ainda estão aguardando liberação dos órgãos ambientais.

"Não é a primeira vez que é feito isso. É bom, porque o empreendedor ganha mais um tempo para conseguir esse licenciamento e o governo pode conseguir fazer o leilão neste ano. Porque, se você faz o A-5 ano que vem, só vai entregar energia em 2016. É um esforço que vale a pena, tanto pelo lado do governo quanto pelo lado de quem vai empreender", analisa o presidente da consultoria Excelência Energética, Erik Rego. A consultora sênior da Kema, Valessa Oliveira, também elogia a medida. "O mercado viu como positiva a ideia, a posição da EPE, que é de não colocar entraves".

Para **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil** - centro de estudos voltado ao setor elétrico - a incerteza quanto ao leilão acende uma luz amarela. "Independente de se a medida da EPE é positiva ou negativa, ela é um indicativo de que o processo está atrasado, de que os obstáculos são muito grandes", aponta. Para o especialista, o País precisa rever os processos de licenciamento. "O correto era sermos capazes de licenciar nossas obras a tempo", conclui.

A expectativa da EPE é de que, das dez hidrelétricas cadastradas, até sete participem efetivamente do leilão: Teles Pires, Sinop, Ribeiro Gonçalves, Castelhana, Estreito Parnaíba, Santo Antonio do Jari e Jirau.